

## Espacialidades e territorialidades: conceituação e exemplificações

Danielle Gregole Colucci  
(Mestranda do programa de pós-graduação  
em Geografia do IGC/UFMG)

Marcus Magno Meira Souto  
(Geógrafo graduado pelo IGC/UFMG)

### Resumo

Espacialidades e territorialidades, embora sejam conceitos indissociáveis, percebidas a partir de suas singularidades podem auxiliar nas tentativas de compreensão e leitura socioespaciais, geo-históricas e geopolíticas. Por outro lado, a aplicabilidade de tais elaborações teórico-epistemológicas precisa ser pensada a partir de experiências e acontecimentos históricos e geográficos para que ganhem força e sentido.

### Abstract:

*Spatialities and territorialities, though be indissociables concepts, observed from yours particular characteristics, can help us in the attempt of spatial, geo-historical and geopolitics understanding and reading. Otherwise, the applicability of that theoretical-epistemology elaborations need to be conceived up on the basis experiences, past events, actually events, to than gain strength and sense.*

Recebido 08/2010

Aprovado 09/2011

**Palavras-chave:** espaço, território, espacialidades, territorialidades, identidade, relações de produção.

**Key-words:** *space; territory; territoriality; spaceality; identity; production relations*

danicolucci@yahoo.com.br

marcusggm@yahoo.com.br

O objetivo deste artigo é explicitar os conceitos de espaço, território, espacialidades e territorialidades, buscando colocar em prática este arcabouço teórico no estudo de acontecimentos socioespaciais, geo-históricos e geopolíticos. Para tanto o artigo apresenta, além de reflexões teórico-conceituais, exemplos sucintos, mas substanciais, da utilização destes em alguns adventos históricos.

Para se tratar das espacialidades e territorialidades é fundamental abordar dois outros conceitos: o de espaço e o de território, que serão desenvolvidos inicialmente nestes escritos. Logo em seguida, explicitaremos nossas reflexões teóricas acerca de espacialidade e territorialidade, assim como de identidade. Finalmente, procuraremos exemplificar tais noções inicialmente expostas através de estudos geo-históricos que abarcaram três passagens reconhecidamente marcantes da história ocidental: primeiramente discorreremos sobre como os cercamentos ingleses (*enclosures acts*) formaram espacialidades no interior do feudalismo; em seguida desenvolveremos como as ideias calvinistas acabaram por gerar tanto espacialidades quanto territorialidades também no interior da lógica feudal; e, por fim, o presbiterianismo escocês como gênese de uma territorialidade no interior do domínio inglês.

Pensamos que é de suma importância a busca e a compreensão dos acontecimentos históricos para enriquecer as interpretações e os saberes acerca do espaço e de tantas outras categorias de interesse da Geografia. Isso porque acreditamos que não se pode deixar de considerar que elementos em interação como o espaço, o lugar, o território, as espacialidades e as territorialidades são fruto do devir humano e, portanto, não é possível que sejam compreendidos sem que se leve em consideração seus processos históricos.

## Espaço geográfico

Existem muitas concepções sobre espaço, quanto à sua conceituação e quanto à sua abrangência. Mas o que vem a ser o espaço e o que ele abriga? Quais são os seus elementos formadores? E o que o engloba? Será ele uma abstração da consciência científica organizacional humana, concretizado a partir da estruturação das sociedades que nele assentam suas bases técnicas e produtivas, seu aparato administrativo, sua cultura? Dele elas usam e abusam como matéria inerte? O espaço é tão complexo e abrangente quanto o mundo. Catalisando o espaço encontramos todos os elementos componentes do que consideramos como mundo: desde as esferas litológicas e hídricas, até às relações culturais, artísticas, religiosas, beligerantes, econômico-produtivas e comerciais.

Consideramos o espaço geográfico como a forma construída a partir da interação humana em sociedade (função)<sup>1</sup> através das relações de produção estabelecidas (gerando formas geográficas<sup>2</sup>). Estas relações não se restringem à escala técnica, ou tão somente à dialética de possuidores dos meios de produção ou negociadores da capacidade física e intelectual de trabalho. No conceito de espaço também se deve considerar os aspectos históricos e culturais que favoreceram esta estruturação socioprodutiva, além da conjuntura na qual se dão estas relações e as possibilidades de reestruturação.

As relações de produção, que neste texto são tomadas como máxima explicitação do espaço geográfico em questão, devem ser — para quem catalisa e sintetiza tal realidade<sup>3</sup> — as relações de produção e reprodução<sup>4</sup> da existência,<sup>5</sup> do mundo estabelecido. Mundo este que, admirado por nossos olhos e traduzido por nossas leituras, pode viabilizar, legitimar ou desestruturar as lógicas vigentes.

Juntamente com a delimitação do espaço como objeto de estudo geográfico surgem questões escalares que buscam demarcar a abrangência das relações que dão forma ao espaço, embora nem

<sup>1</sup> "A sociedade se exprime através de processos que, por sua vez, desdobram-se através de funções enquanto estas se realizam mediante formas". (SANTOS, 2008, p. 59).

<sup>2</sup> "Tais formas, sem as quais nenhuma função se perfaz, são objetos, formas geográficas, mas também podem ser formas de outra natureza [...]. No entanto, mesmo essas formas sociais não geográficas terminam por espacializar-se, geografizando-se, como é o caso da propriedade ou da família. Assim, as funções se encaixam, direta ou indiretamente, em formas geográficas." (SANTOS, 2008, p. 59).

<sup>3</sup> Acreditamos que a realidade não é um dado único, verdadeiro e absoluto. Ela depende das leituras do mundo feitas pelas pessoas e seus grupamentos. Por isso, deve ser considerada como polissêmica, ou seja, como *realidades*.

<sup>4</sup> "[...] o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural ideológica. Isto significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida." (SANTOS, 1985, p. 1).

<sup>5</sup> "[...] uma combinação de lugares e de relações entre lugares tece uma unidade do espaço, o espaço geográfico de existência dos homens. Este espaço pode ser a residência, a fábrica ou o próprio mundo. [...] estas unidades de espaço justapõem-se, porque os mesmos homens habitam diferentes unidades de espaço, e se embutem porque uma unidade de espaço inscreve-se em outra maior [...]." (MOREIRA, 1988, p. 57).

sempre evidentes. Assim, ampliam-se os estudos com enfoque no lugar, na região, até às macro abordagens globais.

Paisagem, território, limites, fronteiras, região, lugar, mundo, rede: em muitas circunstâncias, esses conceitos se entrecortam, não sendo incomum, portanto, o esforço malsucedido de delimitar, com precisão, cada um deles. Todos estabelecem estreitas relações, próximas o bastante para construir não só imagens teóricas de superposição como, também, de atravessamentos. Todos ainda podem ser interpretados como derivações de um *conceito-matriz*: o espaço. (HISSA, p. 60, 2009).

O local (enquanto o que é próprio do lugar) aparece como ponto de convergência, gerador e receptor dos ciclos (modelos econômicos e padrões culturais), que compõem o espaço global (como o que é próprio do mundo). O local está relacionado ao cotidiano, à vivência, à maior interação entre os sujeitos (e suas particularidades como: habitat, fenótipo, forma-apropriação dos recursos, crenças e costumes) com outros indivíduos e grupos.

Cada local apresenta, por sua vez, especificidades qualitativas e quantitativas dos modos de produção que impactam na organização do espaço em escala global e, ao mesmo tempo, recebe diretrizes — que resultam em formas e funções — dos espaços centrais dominantes. Não representam em espécie relações de ação e reação, mas de interdependência, ou melhor, de complementaridade.

Poderíamos escalonar (temporalmente e espacialmente) as relações do espaço local com o global da seguinte maneira: os lugares estruturados através de uma mesma função produtiva adquirem formas que são complementares. Partes de um todo que se constrói no Estado Nacional e, posteriormente, num sistema global (mais ou menos hegemônico) que, por sua vez, atua sobre outros locais na tentativa de encorporamento, e nos lugares originais na busca de aprimoramento e continuidade.

Aqui consideramos o espaço geográfico, objeto da Geografia, formado pela inter-relação entre meio físico (litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera) e as esferas sociais. Estas interações se dão a partir da apropriação dos recursos produtivos e do estabelecimento de relações de produção.

O meio físico representa os recursos necessários e disponíveis para que o ser humano se aprimore do ponto de vista técnico científico. Este aprimoramento, diretamente ligado à capacidade produtiva, depende das relações de trabalho entre os indivíduos de um mesmo grupo. A institucionalização vem da necessidade de se viabilizar tal processo. A instância política regulamenta as relações de produção e a manutenção de um grupo frente a outros grupos. A esfera econômica tem sua origem na organização dos fluxos da produção (oferta e demanda). O espaço geográfico surge desta interação entre os homens e o meio físico a partir da apropriação dos recursos e da produção e reprodução da existência.

## Território

O território se refere ao desenrolar das relações humanas em um determinado espaço — no que concerne às especificidades socioculturais e à disponibilidade e utilização dos recursos bio-fito-minerais — até o estabelecimento de relações de poder institucional sobre este espaço. As territorialidades são estas especificidades físico-humanas que constituem os atributos necessários à consolidação do território. Este, por sua vez, foi fundamental na transformação das relações internacionais e na afirmação do Estado Nacional moderno e atual.<sup>6</sup>

O espaço delimita o processo de apropriação dos recursos necessários à produção concomitante ao desenvolvimento de relações produtivas e reprodutivas da existência humana no orbe terrestre.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> ANDERSON, 1985; SANTOS, 1985; 2008.

<sup>7</sup> SANTOS, 1985.

O território aparece teoricamente para definir as relações de poder sobre este espaço delimitado por extensões de terra e dinâmicas sociais específicas, ou como a delimitação da extensão de um poder sobre uma sociedade e seus recursos.

Espaço e território são elementos interconectados. Podemos dizer que o espaço está relacionado à dinâmica socioprodutiva, enquanto o território trata do estabelecimento e da extensão de poder sobre esta dinâmica.<sup>8</sup> O espaço relaciona-se com os aspectos da interação humana na construção dos seus lugares sociais no mundo, ultrapassando os limites políticos, em geral administrativos, estabelecidos na construção territorial. Todavia, mesmo a construção territorial está além destes limites, indissociável da questão da identidade.

O espaço geográfico mundial pode, muitas vezes, ser melhor compreendido no local — ou, doutra sorte, se pode compreender fenômenos locais se delinear-mos suas singularidades na macro escala global.<sup>9</sup> As relações de produção têm sua origem na própria história da coletividade humana, sendo o espaço geográfico fruto desta interação.

## Espacialidades

As espacialidades aparecem como formas sociais singulares de apropriação-utilização dos recursos em um determinado espaço geográfico — delimitado territorialmente — gerando novas relações de produção. A espacialidade não configura essencialmente atributos físico-sociais para a consolidação de um novo território. Representa a implantação de relações de produção que podem fragilizar as instituições nacionais no que concerne à regulamentação das funções socioeconômicas e produtivas internas e do seu posicionamento nas relações econômicas e comerciais internacionais. É conjuntural o papel das espacialidades como questionadoras do espaço geográfico ou como sua condição embrionária.

[As espacialidades, inclusive, podem ser consideradas como] formas de organização espacial datadas de outros momentos. Assim, uma espacialidade é uma certa forma de organização geral do espaço social que apresenta características predominantes que a qualificam e a diferenciam historicamente das outras.[...] Além disso, a noção de espacialidade traz consigo a idéia de processo em permanente movimento, ou seja, não se trata do espaço em si [...], mas do espaço na história, pensado como processo histórico, incluindo tanto o realizado quanto o possível, num constante movimento dialético. Mesmo porque não existe espaço a priori, ele só pode ser pensado como espaço social, não sendo uma categoria independente da realidade. (RAMOS, 1982, p. 68).

Interessa-nos entender as espacialidades como contrastes singulares, ou seja, novas maneiras de reconstrução da existência: novos padrões culturais, novas tradições político-sociais, novas padronizações no uso dos recursos naturais, reformulação das relações de produção de bens e mercadorias, novas dinâmicas de distribuição das riquezas e de mobilidade social. As espacialidades são relações indevidas de produção da existência dentro de um macro sistema que determina a existência humana segundo interesses dominantes.

Historicamente as possibilidades humanas de construção de seus modos de vida e produção foram tolhidas fazendo valer privilégios de classe social<sup>10</sup> anteriormente construídos. No sistema feudal a dogmática católica legitimava o advento servil pela vontade divina. No mercantilismo — novamente — o Catolicismo impulsionava as práticas colonialistas com a doutrina justificadora da necessidade de expansão da fé cristã.<sup>11</sup>

<sup>8</sup> "Sob o conceito de território, tratamos o espaço geográfico a partir de uma concepção que privilegia o político ou a dominação-apropriação. Historicamente, o território na Geografia foi pensado, definido e delimitado a partir de relações de poder. No passado da Geografia, Ratzel (1899), ao tratar do território, vincula-o ao solo, enquanto espaço ocupado por uma determinada sociedade. A concepção clássica de território vincula-se ao domínio de uma determinada área, imprimindo uma perspectiva de análise centrada na identidade nacional." (SUETEGARRAY, 2001, p. 7).

<sup>9</sup> SANTOS, 2008.

<sup>10</sup> Classe social: "[...] para Marx, as Classes são expressão do modo de produzir da sociedade no sentido de que o próprio modo de produção se define pelas relações que intermedeiam entre as Classes sociais, e tais relações dependem da relação das Classes com os instrumentos de produção. [...] As classes constituem por isso um sistema de relações em que cada Classe pressupõe a existência de outra, ou de outras; [...] Portanto, para Marx, enquanto a existência das Classes se baseia nas posições diversas que os homens ocupam no processo produtivo, o antagonismo que existe entre elas se situa ao nível político; estes dois níveis são estritamente ligados entre si, mas não coincidem." (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2008, p. 171).

<sup>11</sup> ARRUDA, 1996.

Com a consolidação da ciência moderna, no século XIX, as metrópoles europeias e os EUA legalizam o imperialismo na África e na Ásia com o discurso da obrigação de disseminação mundial do desenvolvimento técnico e científico. Não obstante, com a hegemonia do capitalismo em esfera global, os ideários de *laissez-faire*, da social democracia, do crescimento econômico, da cidadania comportamental estática, do trabalho enquanto enobrecedor do homem, do glamour social nos títulos, cargos e bens consumíveis legitimam e são mantenedores da sistemática vigente. Uma continuidade da dialética da luta de classes, servindo o Estado de viabilizador desta dinâmica. A espacialidade configura uma quebra nesta sincronia, uma reformulação destas relações entre recursos disponíveis, homens, padrões culturais, novas formas de pensar e viver no mundo e novos aparatos administrativos.

### Territorialidades

A territorialidade aparece como o atributo físico-social que fomenta a efetivação do território. Ela nos permite focalizar a coexistência de diferentes especificidades sociais e, não necessariamente, físico-naturais. Deste modo, as territorialidades delimitam extensões do espaço nas quais as relações de poder antes consolidadas sofrem diluições, por assim dizer, e perdem sua funcionalidade. Desse modo o poder incidente sobre uma determinada extensão de um território não consegue, por motivos bem distintos, se impor e ser reconhecido como hegemônico. Tal perspectiva acontece, por exemplo, no processo de organização de cartéis criminosos, no processo de circulação de mercadorias, em movimentos separatistas que reivindicam sua própria identidade nacional, evidenciando suas territorialidades e buscando a consolidação de seu próprio território. Por outro lado, a territorialidade também pode funcionar como condição preestabelecida para consolidação de um novo território.

Quanto à aproximação dos conceitos de territorialidade e espacialidade, acreditamos que são inter-relacionados, ou seja, não podem ser dicotomizados ou dissociados. Não existe espaço e nem território que não sejam construções sociais. Todavia, ambos possuem suas especificidades. O recorte epistemológico referente à espacialidade nos permite focar o modo de produção dominante e as resistências locais — que, no caso, são forças contra-hegemônicas. Quando tratamos de espacialidade acentuamos o espaço.<sup>12</sup> Espacialidades representam mecanismos de apropriação dos recursos disponíveis, gerando relações humanas de produção distintas daquelas vigentes em macro escala, e conseqüentemente formas distintas de pensar e agir no e com o mundo, reconfigurando o espaço geográfico. A espacialidade está associada a singularidades na reprodução social, cuja maior expressão — por assim dizer — encontra-se nas relações sociais de produção de bens e mercadorias (esta última podendo incorporar, também, a cultura, os princípios da fé religiosa e a produção científica).

Territorialidades são, sobretudo, os traços conjunturais de interação entre os homens e o meio físico que favorecem a implantação de poder político sobre esta dinâmica social em uma determinada extensão territorial. Elas estão diretamente associadas a uma movimentação social, econômica e política — mais ainda: a uma demanda — pela demarcação e manutenção de uma extensão do substrato geomorfológico, em prol da perpetuação da sociedade ali estruturada.

<sup>12</sup> RAMOS, 1982, p. 68.

## Identidade

A questão da identidade está inserida crucialmente no fenômeno da territorialidade. Ela pode ser delimitada em esferas específicas, a saber: identidade cultural, religiosa, marcial, musical, nas práticas produtivas, teórico-metodológicas, acadêmicas, entre outras. Também a identidade pode ser conjuntural, factual e temporária.<sup>13</sup>

A territorialidade ao mesmo tempo em que expressa a luta pela manutenção da identidade, representa uma forma específica de ordenação territorial. Pois uma coisa está imbricada na outra de forma a dar unidade aos contrários que dão movimento ao processo da formação das identidades territoriais. Pois que, o fato de um indivíduo estar num determinado lugar e em um determinado tempo, faz com este mesmo indivíduo participe de redes de sociabilidade que lhe permitem construir seus referenciais com o qual ordena o mundo.

A identidade, portanto, não é algo dado, mas é sempre processo (identificação em curso), que se dá por meio da comunicação com outros atores (diálogo e confronto). A territorialidade é expressão deste processo no cotidiano dos atores sociais. (SOUZA; PEDON, 2007, p. 135).

Na América Latina, por exemplo, os Criollos<sup>14</sup> estiveram unidos contra a hegemonia metropolitana espanhola. A identidade foi forjada pela necessidade do encorpamento das forças revolucionárias, mas o projeto unificador de Bolívar — ancorado na identidade mestiça continental sobre a América do Sul — foi à bancarrota quando o federalismo, herdado da Espanha, se manifesta na proclamação de repúblicas autônomas.

Escolhemos abordar alguns fenômenos históricos que possam exemplificar casos de territorialidades e espacialidades ocorridos distintamente ou concomitantemente, buscando clarear os conceitos e melhor entender os fenômenos geo-históricos e socioespaciais. Isso porque acreditamos que “não se deve partir do conceito para entender a realidade, mas sim partir da realidade para, através do conceito, compreender a realidade.” (FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p.63).

## Cercamentos ingleses

Os cercamentos ingleses constituíram, dentro da conjuntura de transição entre feudalismo e capitalismo industrial produtivo, a substituição de antigas práticas agrícolas pela criação de ovelhas para a extração de lã. De forma sucinta os *enclosures acts* parecem adventos locais e pouco substanciais dentro de um macro sistema econômico. Todavia representaram importantes linhas rupturais no sistema feudal.

Primeiramente, o uso da terra a partir da nova prática econômico-produtiva causa drástico impacto nas relações *in natura*,<sup>15</sup> dado o disparate na troca de um animal criado (e seus insumos) por produtos agrícolas. Assim, inicia-se um processo de estabelecimento de pesos, medidas e valores pré-definidos. Por outro lado, o trabalho pastoril libera mão de obra para outras atividades econômicas, a saber: práticas produtivo-artesanais ou extrativas monetarizadas. A classe dos nobres, estabelecida pela hereditariedade, agora divide espaço político com uma burguesia comercial em processo de encorpamento e com uma outra nobreza (*gentry*) dedicada à produção de lã para a prática tecelã e comercialização de tecidos. Com a intensificação da prática comercial cria-se uma forte demanda pela criação de uma moeda nacional em contraposição à economia amonetária medieval.

<sup>13</sup> HOBBSBAWN, 1990. Identidade: “(Lat. Tardio, *identitas*, de *idem*: o mesmo) Relação de semelhança absoluta e completa entre duas coisas, possuindo as mesmas características essenciais, que são assim a mesma.” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1991, p. 127). A questão da identidade, do ponto de vista conceitual, tangencia a comparatividade entre elementos. No caso do estabelecimento das preferências por um sujeito a respeito de algo (alguém) torna-se difícil a conceituação da identidade por esta relacionar-se (originar-se e realizar-se) de forma pouco perceptível ao(s) elemento(s) em questão. Dá-se a identidade (aqui também como afinidade) a partir da satisfação de anseios pessoais, reconhecimento, segurança, expressão cultural, recursos à sobrevivência, pertencimento a um corpo maior.

<sup>14</sup> Criollos ou elite criolla: “[...] a saber, o branco Americano, oriundo dos conquistadores e povoadores e formando a nobreza regional, se distinguia pelo orgulho ao qual servia em grande parte de base a pureza de raça.” (LIMA, s/d, p.14).

<sup>15</sup> As trocas *in natura* representam as trocas sem cunho econômico ou monetário. São realizadas para garantir a supressão de necessidades básicas, como a vestimenta ou a alimentação. Seus objetos de câmbio não têm valor agregado ou pré-estabelecido: produto por produto realizam-se.

A gentry inglesa estabeleceu novas relações de produção a partir da expansão dos cercamentos, que funcionaram como espacialidades dentro do macro sistema produtivo feudal. Isso porque reconfiguraram o modo de vida, favorecendo a gestão do capitalismo: a lógica em contraposição à fé; o estabelecimento de preços e o lucro em contraposição à economia *in natura*; o trabalho assalariado ao servil. Fragilizaram a nobreza e seus privilégios hereditários, mas não a monarquia em si.

O rei — que havia governado ancorado na antiga economia medieval, na qual a riqueza estava atrelada à terra — precisou reformular a política nacional. Isso porque se tornou necessário regulamentar uma economia dinâmica, monetarizada, mercantil. Um novo regime monárquico surge neste momento: atrelado ao antigo sistema pela origem dinástica do rei à nobreza feudal, e à Idade Moderna pelo sistema capitalista em gestação. A gentry apoiou a coroa em prol de suas práticas econômicas e de sua ascensão como nova classe social. A nobreza clássica aproximou-se mais ainda do governante por identidade e necessidade de apoio à sua continuidade.

Embora os cercamentos representassem uma espacialidade no modo de produção feudal, não configuravam uma territorialidade. Esta última fomentaria a instituição de poder sobre esta dinâmica físico-social. Todavia este poder já era exercido pelo rei e pelo parlamento. Os *enclosures* têm importante papel numa reformulação da monarquia (no que concerne à instituição do Absolutismo), mas não a substituiu. Também não constituíram esferas de poder que diluíram o poder dominante. Nem ferramenta social, econômica ou política para a construção de um novo território. Muito pelo contrário, foram incentivados pela monarquia no interior do território inglês já estabelecido, desde Guilherme, o conquistador (1066).

Foi a própria monarquia que viabilizou a transição feudal-capitalista dentro do território insular inglês, e não obstante em toda a Europa. Os conflitos entre os monarcas ingleses e a nobreza<sup>16</sup> estavam relacionados ao interesse dos nobres em limitar os poderes da monarquia. O parlamento, instituição da nobreza e principal materialização do seu interesse por autonomia moderada, não colocou em questão o sistema monárquico ou o território inglês.<sup>17</sup>

## Calvinismo

João Calvino era um estudante de leis, formado na universidade de Paris, que se converteu à dogmática protestante ao estudar os escritos de Martinho Lutero e a Bíblia (principalmente as epístolas de Paulo de Tarso<sup>18</sup>). Perseguido pela Igreja Católica Apostólica Romana e refugiado em Genebra, na Suíça, dedicou-se a pregar a predestinação humana à salvação. Para Calvino a salvação não pode ser conquistada pela fé ou por ação humana. O homem já nasceria eleito, por vontade divina, à salvação ou predestinado à condenação. Para o homem resta a fé, enquanto certeza da sua vocação de eleito — e mesmo esta fé é dom de Deus —, e o trabalho incansável. Este último corresponde a submissão humana à vocação oferecida por Deus — enquanto profissão mundana — e sua condição de bem sucedido como realização da glória de Deus neste orbe. Havia também — não como ação para se alcançar a salvação, mas como reflexo desta predestinação (eleição) — a frequência à igreja. De forma paradoxal, mas bem compreensível, dada a incerteza da salvação, eleitos e não eleitos deveriam ambos frequentar a igreja, ter certeza da salvação e prosperar em seus trabalhos. Só diante de Deus se faria separação entre os escolhidos para a vida ou para a morte eterna.

Neste contexto nos interessa mais a questão do trabalho. Na conjuntura de transição moderna o trabalho significa um dos alicerces da transformação sociopolítica e econômica entre feudalismo

<sup>16</sup> Quanto aos conceitos de monarquia e nobreza ver ANDERSON, 1985.

<sup>17</sup> Salvo exceção da proclamação do sistema republicano (1649-1658) com Oliver Cromwell (1599-1658).

<sup>18</sup> Paulo de Tarso: "1 Paulo chamado pela vontade de Deus para ser apóstolo de Cristo [...]". (BÍBLIA SAGRADA, p. 1122, 2006). "13 Porque ouviste qual foi o meu proceder outrora no judaísmo, como sobremaneira perseguia eu a igreja de Deus e a devastava. 14 E na minha nação, quanto ao judaísmo, avantajava-me a muitos da minha idade, sendo extremamente zelosos das tradições do meu país. [...] 23 Ouviam somente dizer: Aquele que, antes, nos perseguia, agora prega a fé que, outrora, procurava destruir." (BÍBLIA SAGRADA, p. 1149-1150, 2006).

e capitalismo, a saber: temos a economia monetarizada em contraposição à economia amonetária medieval; o estabelecimento da prática comercial às trocas *in natura*; o surgimento de uma nova classe social (burguesia); o trabalho livre assalariado substituindo o trabalho servil. Tanto o Catolicismo medieval quanto o Calvinismo colocavam o lugar social<sup>19</sup> (enquanto profissão, enquanto classe social) ocupado pelo homem como vontade divina: o Catolicismo para justificar a estamentação social; já o puritanismo para colocar o homem de forma ávida na prática que Deus lhe concedeu como vocação. No Protestantismo calvinista isso não se dá pelo lugar social de nascimento, mas pelo trabalho escolhido pelo homem através da fé, tendo assim a certeza de ser esta (a sua escolha profissional) a única e legítima vocação divina para sua ação social.

Tal concepção representa de imediato a quebra da estamentação social e a legitimação do ideário da classe burguesa de ascensão social e econômica a partir do seu trabalho, colocado como predestinação divina. Ninguém sabia se era escolhido senão pela fé, mas ninguém queria fracassar profissionalmente e economicamente: seria a confirmação da morte eterna.

O trabalho social do calvinista no mundo é exclusivamente trabalho *in majorem dei gloriam* {para aumentar a glória de Deus}. Daí por que o trabalho *numa profissão* que está a serviço da vida intramundana da coletividade também apresenta esse caráter. [...] O “amor ao próximo” — já que só lhe é permitido servir à glória de Deus e não à da *criatura* — expressa-se em *primeiro lugar* no cumprimento da missão *vocacional-profissional* imposta pela *Lex naturae*, e nisso ele assume um caráter peculiarmente objetivo-impessoal: trata-se de um serviço prestado à conformação racional do cosmos social que nos circunda. (WEBER, 2004, p. 99).

Na atual igreja batista tradicional ou reformada ficam claras as influências de Calvino nas pregações que afirmam que Deus capacita o homem para que o mesmo alcance a prosperidade: paz, saúde, vida conjugal plena, filhos respeitosos, honestos e beneficentes à sociedade, bens materiais, salvação da alma.

O trabalho livre e o enriquecimento chocavam-se frontalmente com a estamentação social hereditária, oriunda de uma vontade metafísica, legitimadora do trato católico medieval com a sociedade. Ainda que de forma incipiente, esta práxis<sup>20</sup> protestante calvinista favoreceu o desenrolar de novas formas de interação social — de pensar o mundo (enquanto espaço geográfico), de agir nele e com ele — assim como favoreceu novas relações de produção, a partir das quais se estabeleceu o capitalismo como sistema hegemônico. Nesta conjuntura, não era o Calvinismo em si a espacialidade, mas sua dogmática favoreceu a estruturação de novas relações sócio-econômicas e produtivas (a saber: capitalistas mercantis) que representaram espacialidades dentro da sistemática feudal.

O Puritanismo também desenvolveu territorialidades em Genebra, cidade berço do Calvinismo (por assim dizer), que incidiram sobre todo o Estado. A Suíça conquistou sua independência em um conflito (1315-1388) contra a Áustria por motivos econômico-territoriais. Historicamente, havia se desenvolvido no território suíço uma classe comerciante que era vista pela nobreza habsburga austríaca como ameaça aos seus privilégios feudais no Sacro Império Romano Germânico. A origem desta tradição comercial encontra-se na localização geográfica do território sobre rotas comerciais romanas. A independência só foi reconhecida pelo Sacro Império Romano Germânico em 1499. Na Suíça o período moderno representou a consolidação sistêmica da prática mercantil, já bem desenvolvida no Estado, e da manutenção territorial.

No contexto da reforma protestante o Calvinismo desenvolveu na Suíça, a partir de Genebra, uma territorialidade específica que acabou por imprimir em todo o Estado uma reformulação, de caráter

<sup>19</sup> WEBER, 2004.

<sup>20</sup> “A práxis [...] é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo.” (FREIRE, 2002, p. 38). “[...] implica na teoria como um conjunto de idéias capazes de interpretar um dado fenômeno ou momento histórico, que, num segundo momento, leva um novo enunciado, em que o sujeito diz a sua palavra sobre o mundo e passa a agir para transformar esta mesma realidade. É uma síntese entre teoria-palavra e ação.” (ROSSATO, 2008, p. 331). “A *práxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais.” (SANTOS, 2008, p. 34).

teocrático, do poder político administrativo. A burguesia de Genebra, ávida pela massificação da dogmática puritana, viabilizou a infraestrutura para que João Calvino pudesse organizar a igreja local, a partir da qual a ótica calvinista serviria de base para a regulamentação social, política e econômica.

[...] Calvino foi convidado a morar na cidade de Genebra, na Suíça. Lá implantou as *Ordenações Eclesiásticas*, leis rígidas e intolerantes baseadas na sua crença. Organizou a Igreja Calvinista em termos de fiéis, pastores (dirigentes do culto) e um conselho de anciãos (grupo de fiéis idosos que orientava a prática da religião). (ARRUDA, 1996, p. 48).

A institucionalização do Calvinismo (como religião oficial e como parâmetro jurídico) tinha por objetivo fortalecer e manter o ideário e as práticas econômicas burguesas frente à nobreza, que lutava para manter seus privilégios feudais. Também favoreceu a substituição do trabalho servil em casos específicos, nos quais haviam, para os servos, possibilidades de ingresso em outras atividades.

Em Genebra Calvino era mais do que chefe da igreja protestante, já que os agentes da administração local, agora interessados em um governo teocrático, tinham no Calvinismo seu braço ideológico e sua base teórica para a elaboração jurídica. Configurava-se uma territorialidade a partir da qual se reformulava a extensão do poder sobre uma nova dinâmica físico-social em Genebra. Esta dinâmica está relacionada ao interesse social (burguesia comercial, trabalhadores ligados ao artesanato e dos servos) em legitimar sua fé e suas práticas econômicas modernas, além de fortalecer a integridade territorial frente as monarquias católico-medievais circunvizinhas (França e Sacro Império Romano Germânico).

Neste sentido, o Calvinismo embasou o surgimento de espacialidades capitalistas mercantis no interior do feudalismo — por promover modificações substanciais no modo de produção então vigente. A territorialidade referente ao Calvinismo na Suíça tem a ver com a manutenção do território naquele momento de formação dos Estados Nacionais. Era necessário o desenvolvimento de uma identidade que separasse a Suíça da tradição medieval. O não pertencimento à França ou ao Sacro Império Romano Germânico — grandes centros católicos na Idade Medieval — garantia uma maneira de se esquivar da Contra-Reforma católica. Também ajudava na manutenção territorial evitando possíveis perdas.

### Presbiterianismo escocês

Na Escócia, sob o reinado de Carlos Stuart I (1625-1648), o presbiterianismo forjou a identidade que impulsionou a população de nobres e servos contra o projeto do rei de massificação do Anglicanismo<sup>21</sup> em todos os territórios da coroa. Neste caso a identidade religiosa foi o elemento que favoreceu a gênese de uma territorialidade escocesa contra o domínio inglês.

A ascensão da monarquia Stuart<sup>22</sup> na Inglaterra representou o início de uma dura crise política interna e externa pelo choque entre os interesses dos monarcas — que desejavam a ampliação do seu poder político — e o parlamento. Este último representava, desde a sua consolidação no século XIII, um mecanismo de legislação sobre assuntos do Estado e de regulamentação-moderação do ideário despótico dos reis coroados. O período Tudor (1485-1603)<sup>23</sup> — anterior aos Stuart — significou, sobre este prisma político, o reconhecimento da função institucional do parlamento. Inclusive, fora o parlamento que viabilizou o Ato de Supremacia (1534) e que endossou a regulamentação de Elizabeth sobre a Igreja Anglicana (1558). Concomitantemente, o parlamento fortaleceu-se com o

<sup>21</sup> "Em 1534, pelo Ato de Supremacia, Henrique VIII passou a ser o chefe da Igreja, criando uma Igreja nacional, sem promover qualquer alteração no culto religioso. As mudanças mais importantes foram feitas por seu filho Eduardo VI. Este impôs, em 1549, o *Livro de orações comuns*, obrigatoriamente escrito em inglês. Em 1553, pela *Lei dos 42 Artigos*, suprimiu a missa e autorizou o casamento dos padres. Após 1533 a Rainha Maria Tudor, esposa do Rei Felipe II da Espanha, tentou voltar ao Catolicismo, sem êxito. Só mais tarde, sob o reinado de Elizabeth I (1558-1603), estabeleceu-se definitivamente a Reforma Anglicana. Pela *Lei dos 39 Artigos*, de 1563, verdadeira carta do anglicanismo, adotava-se a doutrina calvinista conservando, porém, a hierarquia episcopal e parte do cerimonial católico. O anglicanismo passava assim a ter um conteúdo protestante (calvinista) e uma forma católica." (ARRUDA, 1996, p. 48).

<sup>22</sup> Jaime I (1603-1625), Carlos I (1625-1648), República Puritana: Olliver Cromwell (1648-1658) e Ricardo Cromwell (1658-1660), Carlos Stuart II (1660-1685), Jaime Stuart II (1685-1689).

<sup>23</sup> Henrique VII (1485-1509), Henrique VIII (1509-1547), Eduardo VI (1547-1553), Maria Tudor (1553-1558), Elizabeth I (1558-1603).

planejamento econômico e tributário do Estado inglês. Esta interação de comum apoio entre as classes mais abastadas (nobreza, *gentry* e burguesia mercantil, que compunham as principais câmaras do parlamento) e a monarquia Tudor poliu as arestas que podiam ferir este corpo político-econômico formado pelas duas instituições.

No plano político o conflito entre o rei e o parlamento explicava-se da seguinte forma: desde a Carta Magna de 1215 instituiu-se o parlamento na Inglaterra, a quem cabia o poder *de direito*, isto é, legítimo. Durante o governo dos *Tudor*, contudo, os reis exerceram o poder *de fato*, convocando poucas vezes o Parlamento. As classes sociais aí representadas — principalmente a burguesia e a *gentry* — não se opuseram ao comportamento absolutista dos reis porque ele correspondia a seus interesses. (ARRUDA, 1996, p.98).

Desde Henrique VII (1485-1509) os monarcas da dinastia Tudor favoreceram as reformas socioeconômicas mercantis no território inglês. A prática dos cercamentos foi incentivada concomitantemente ao aprimoramento da infraestrutura comercial interna — com o estabelecimento de moeda nacional, de sistemas de pesos e medidas regulamentadas, com estradas e mecanismos de policiamento contra roubos de cargas — e externa, com a construção de portos e o aprimoramento da marinha militar e mercante. Nesta conjuntura de transição entre feudalismo e capitalismo as classes sociais em rápida ascensão estavam diretamente ligadas ao processo de substituição da economia feudal pela mercantil. Esta última fundada no processo produtivo manufatureiro (na Inglaterra, nos séculos XV e XVI, realizava-se principalmente a produção de tecidos ou o trato da lã para exportação).

Assim, a burguesia mercantil e a *gentry*, agentes da economia mercantil, ocupavam lugar de destaque político-econômico no parlamento. Não que a nobreza clássica — a aristocracia feudal — não participasse do processo político, todavia, nesta conjuntura de reestruturação do espaço geográfico, era a prática produtivo-comercial o sustentáculo econômico do Estado moderno inglês. Tratava-se de uma relação dialética entre as classes sociais abastadas e a monarquia: burguesia e *gentry* eram favorecidas pelas políticas de incentivo jurídico e infraestrutural e, ao mesmo tempo, sustentavam economicamente o aprimoramento do Estado que, por sua vez, constituía o aparato disponível à monarquia na sua afirmação político-administrativa frente às classes defensoras do sistema feudal, as aristocracias. Estas últimas perdiam gradualmente seus privilégios feudais na nova conjuntura mercantil, mas tinham que defender a figura do monarca absoluto, pois o mesmo representava categoricamente uma figura do sistema em bancarrota, tal qual a aristocracia.

Os grandes proprietários rurais, sobretudo aqueles localizados nas regiões mais atrasadas da Inglaterra (o norte e o oeste), conservaram ainda uma estrutura feudal de produção em suas terras. Não tinham uma grande produção destinada ao mercado, como acontecia com as terras no leste e no sul, mais próximas dos grandes centros urbanos ou dos portos de exportação. Nesta medida, viviam ainda de rendas feudais constantemente diminuídas pela inflação. Esse mecanismo de perda de renda obrigava-os a colocarem-se na dependência da monarquia, da qual necessitavam para ampliar suas rendas através de cargos públicos e pensões reais. Definiam-se, portanto, como uma classe parasitária, defensora do regime absolutista de governo. (ARRUDA, 1996, p. 98).

Nos primeiros séculos da idade moderna, na Inglaterra, o embate dava-se entre as formas feudais e as formas mercantis em consolidação, ou seja, entre aristocracias feudais e as classes produtoras e comerciantes. A função de ambas neste contexto era a de sustentar o Estado (e a monarquia)

econômica e politicamente. Era esta superestrutura administrativa que garantia a sobrevivência de todos os agentes socioeconômicos que interagiam nesta transição: nobres, burgueses, *gentry*, servos e trabalhadores livre-assalariados.

Porém, quanto mais absoluto o poder real, mais se afirmava a manutenção da ordem feudal, materializada na figura do rei. Ao mesmo tempo, a ampliação do poder monárquico significava uma possível ameaça aos interesses mercantis da burguesia e da *gentry*. Afinal, a afinidade de interesses (marcante nas gestões dos Tudor) — cuja maior expressão estava no equilíbrio de forças entre o parlamento e o rei — havia sido responsável pelo progresso capitalista do Estado. Com a morte de Elizabeth I (1558-1603) não havia sucessor direto da dinastia Tudor para o trono inglês. Quem assumiu o trono foi Jaime Stuart I (1603-1625), rei da Escócia, um representante da alta aristocracia feudal cuja dinastia estava atrelada ao aparato administrativo do Estado inglês.

O parlamento, no século XVII, representava claramente ser uma instituição a favor dos interesses das classes mercantis, tanto pela sua composição majoritária quanto pelo respaldo jurídico-tributário. Jaime Stuart I representava a velha ordem feudal, que agora, poderia voltar a afligir a transição do espaço.

[Criou-se uma conjuntura na qual] o Parlamento pretendia transformar seu poder *de direito* em poder *de fato*; o rei — que tinha o poder *de fato* —, pressionado pelo Parlamento, correu no sentido de legitimar seu poder. Só havia uma forma para atingir esse objetivo: considerar o poder real de origem divina, a exemplo do rei da França. (ARRUDA, 1996, p. 98).

Jaime I trouxe do Catolicismo, como anexo à dogmática anglicana (calvinista), o direito divino dos reis, utilizado na França para legitimar o poder absoluto de Luiz XIII (1624-1643) e Luiz XIV (1661-1715). Neste âmbito o Anglicanismo foi um forte mecanismo nas mãos de Jaime I e Carlos I, já que na questão econômico tributária havia fortes impedimentos institucionais parlamentares.

[...] os êxitos do absolutismo Stuart confinaram-se largamente ao aparelho ideológico/clerical do Estado, o qual, tanto sob Jaime I, como sob Carlos II, passou a inculcar o direito divino e o ritual hierático. Mas o aparelho econômico-burocrático permaneceu sujeito a agudas restrições fiscais. O parlamento controlava o direito de taxaço propriamente dito e, desde os primeiros anos do reinado de Jaime I, resistia a todos os esforços no sentido de ignorá-lo. Na Escócia, a dinastia podia aumentar os impostos à sua livre vontade, especialmente nas cidades, pois não existia nenhuma forte tradição de negociação das concessões nos estados. (ANDERSON, 1985, p. 140).

Na Escócia o protestantismo estava mais próximo do luteranismo alemão, enquanto que o Anglicanismo fora fundado em bases calvinistas. Não que Lutero e Calvino fossem antagônicos, mas o Luteranismo fora gerido numa sociedade que identificava-se mais com o trato da terra do que com as práticas produtivas e comerciais do mercantilismo. Já o Calvinismo recebeu todo o respaldo ideológico da burguesia europeia em ascensão. Ainda que o cerne destas vertentes cristãs ortodoxas seja a salvação do homem de um mal milenar que, primeiramente, lutou contra o próprio Deus, a prosperidade oferecida pela fé protestante é uma idéia inacabada e flexível que sofre muita influência da identidade cultural. Na Inglaterra os burgos (enquanto núcleos urbanos comerciais) eram mais presentes, enquanto que na escócia o modo de vida rural era hegemônico.

As taxaçoes que os Stuarts impuseram na Escócia tinham como objetivo suprir o atributo legal parlamentar. Esta dinastia monárquica tinha no Anglicanismo (manipulado para fazer valer o direito

divino dos reis), um poderoso instrumento ideológico, mas a dependência econômica colocava os monarcas sobre a tutela do parlamento. Todavia, na Escócia o parlamento não tinha o controle legal da arrecadação tributária, cabia ao rei escocês, ainda que submetido à monarquia inglesa, deliberar sobre as taxações produtivo-comerciais. Em 1603, Escócia e Inglaterra passam a ser governadas pelo mesmo rei, Jaime Stuart I. A escócia representava para Jaime I a possibilidade de compensar a dependência econômica da monarquia em relação ao parlamento inglês e também a massificação do seu Anglicanismo particular, já que na Inglaterra a *gentry* e os burgueses adotaram a vertente mais radical da religião calvinista: o Puritanismo.

A aristocracia rural escocesa não tinha respaldo legal ou moral para fomentar uma conjuntura revolucionária contra a monarquia inglesa, pois a carga tributária — demasiado opressora — não deixava de ser legal pelos estatutos da época. Foi a tentativa de unificação religiosa imposta por Carlos I (1625-1648) — segundo governante na linha dos Stuart, e ainda mais ávido pelo poder absoluto monárquico — que favoreceu a unidade econômico-social contra a hegemonia inglesa.

Em 1638, o clericalismo carlista que já ameaçara a nobreza escocesa com a retomada das terras e dos dízimos eclesiásticos secularizados, acabou por provocar uma sublevação religiosa com a imposição da liturgia anglicanizada. Os Estados escoceses uniram-se na sua rejeição e a Convenção adquiriu imediata força material, pois na Escócia a aristocracia e a pequena nobreza não tinham sido desmilitarizadas. As estruturas sociais arcaicas do reino Stuart originário preservaram os vínculos guerreiros de uma organização política da última fase medieval. A convenção conseguiu armar um formidável exército em poucos meses para enfrentar Carlos I. Os grandes nobres e os proprietários de terra chamaram às armas a sua clientela, os burgos forneceram fundos para a causa, os veteranos mercenários da Guerra dos Trinta Anos preencheram os postos de oficiais. [...] A monarquia inglesa não poderia reunir uma força militar comparável. Assim, havia uma lógica subjacente ao fato de a invasão escocesa de 1640 ter finalmente posto fim ao domínio pessoal de Carlos I. O absolutismo inglês pagou o tributo de sua falta de armas. (ANDERSON, 1985, p. 141).

O que queremos focar com esta questão é por que uma pseudo conversão ao Anglicanismo representou uma conjuntura tão avessa aos escoceses que tornou o presbiterianismo um fenomenal elemento de identidade e coesão nacional contra o ideário de Carlos Stuart II e em prol de uma consolidação territorial. Uma dinâmica físico-social em prol da implantação de poder sobre a extensão desta dinâmica, ou seja, uma territorialidade.

### Considerações finais

A Geografia tem elementos importantes e fundamentais para a compreensão dos acontecimentos geo-históricos, socioespaciais e geopolíticos. A tentativa de delineamentos teórico-epistemológicos de conceitos como os de espacialidade e territorialidade tem esta intenção de funcionar como auxílio às leituras geográficas acerca da complexidade do mundo, das relações nele travadas e de seus movimentos e dinâmicas. Tais recortes, contudo, não pretendem se apresentar como fragmentos dissociados e impermeáveis. Para que possam cooperar com leituras do mundo críticas e precisas devem ser percebidos como esforços de compreensão das singularidades no interior de movimentos interdependentes e inter-relacionados, de construções sociais e históricas postas em questão pelos sujeitos do mundo.

Assim, talvez o sentido de se tentar estabelecer as singularidades entre os conceitos de espacialidade e territorialidade não esteja no desejo de sua delimitação precisa e estanque, mas na vontade

de compreensão dos seus entrelaçamentos e aproximações quando utilizados a partir de estudos socioespaciais. Pensamos que as fronteiras entre categorias — como espaço, território, territorialidade, espacialidade —, assim como as disciplinares — da Geografia, História, Economia, Política, entre outras —, precisam ser relativizadas para que o recorte socioespacial posto em estudo seja abundante de significados carregados de existência e do próprio mundo.<sup>24</sup>

Por outro lado, reconhecemos a necessidade de enriquecer estes escritos com problematizações e consequentes aprofundamentos, visto ser uma proposta inicial de reflexão e pesquisa. O que nos incitou a tal abordagem foi que, não raramente, os termos espacialidade e territorialidade são utilizados nos escritos geográficos, mas pouco se encontra no sentido de sua definição ou explicitação. Isso só vem corroborar com nossa ideia de que talvez seja fundamental refletir mais cuidadosamente, a partir de acontecimentos geo-históricos, geopolíticos e socioespaciais diversos, sobre seus significados e aplicabilidades, assim como seus limites e possibilidades. Talvez sua maior relevância esteja na possibilidade de reflexão a respeito de dinâmicas sociais que funcionem como legitimadoras ou transformadoras dos fluxos dominantes. Em que instâncias e potência incidem as espacialidades ou territorialidades locais nos movimentos globais? Quais suas possibilidades e como respondem ao poder hegemônico frente às conjunturas históricas e socioespaciais? Talvez, neste momento, tenhamos mais dúvidas que esclarecimentos ou conclusões, mas acreditamos ter dado um passo inicial nesta direção.

O conhecimento é algo imprescindível para a transformação em qualquer esfera considerável. Uma sociedade que conhece e reconhece na sua história e experiência socioespacial, assim como seus feixes de conexão com a dinâmica mundial, tem a possibilidade de escolher, de maneira mais consciente, dentre os diversos caminhos frente a uma conjuntura que se apresente. Além disso, também conhece e reconhece melhor aquilo que permite a edificação de transformações viáveis: construções de espacialidades ou territorialidades potentes. Desta forma, o conceito só tem função social se passível de aplicação no cotidiano. Cotidiano este que representa a prática costumeira de buscar na história e nos saberes socioespaciais o que nos trouxe ao hoje construído e o conhecimento para o planejamento de uma existência repleta de possibilidades.

## Referências

- |   |   |  |   |
|---|---|--|---|
| ANDERSON, Perry.<br><i>Linhas do estado absolutista</i> . São Paulo: Brasiliense, 1985.     | BÍBLIA SAGRADA.<br><i>Epístola de Paulo aos Coríntios</i> . 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006. cap. 1, p. 1122. | BÍBLIA SAGRADA.<br><i>Epístola de Paulo aos Gálatas</i> . 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006. cap. 1, p. 1149-1150. | BOBBIO, Norberto;<br>MATTEUCCI, Nicola;<br>PASQUINO, Gianfranco.<br><i>Dicionário de política</i> . 13. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, vol. 1, 2008. |
| ARRUDA, José Jobson de A. <i>História Moderna e Contemporânea</i> . São Paulo: Ática, 1996. |   |  |   |

<sup>24</sup> HISSA, 2009.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma Pedagogia da pergunta*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HISSA, Cássio E. Viana. Territórios de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, Maria T. F.; MILANI, Carlos R. S. (orgs.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 36-84.
- HOBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Identidade. In: \_\_\_\_\_. *Dicionário Básico de Filosofia*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: 1991, p. 127.
- LIMA, Oliveira. *América Latina e a América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a Hispano-Americana e com a Anglo-Americana*. Rio de Janeiro/Paris: Livraria Garnier, s/d. (Série de conferências feita em universidades dos Estados Unidos).
- MOREIRA, Ruy. *O que é geografia?* 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RAMOS, Aluísio Welichan. Espaço-tempo na cidade de São Paulo: historicidade e espacialidade do “bairro” da água branca. *Revista do Departamento de Geografia – Departamento de Geografia da FFLCH-USP, São Paulo, n. 1, p. 65-75, 1982*. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG\\_15/65-75.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/65-75.pdf)> Acesso em: 03 abr. 2010.
- ROSSATO, Ricardo. Práxis. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 331-333.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. *Da Totalidade do Lugar*. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.
- SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e identidade. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB Seção Três Lagoas-MS UFMS/CPTL/DCH/ GEOGRAFIA, Três Lagoas, v. 1, n. 6, ano 4, nov. 2007, p. 126-148*. Disponível em: <[http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/artigo6\\_EdevaldoS\\_e\\_NelsonP.pdf](http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/artigo6_EdevaldoS_e_NelsonP.pdf)> Acesso em: 03 out. 2011.
- SUETEGARAY, Dirce Maria: Espaço geográfico uno e múltiplo. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales – Universidad de Barcelona, Barcelona, n° 93, p. 7. 15 jul. 2001*. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>> Acesso em: 05 abr. 2010.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.